

## Jean-Claude Gardin e a análise documentária: trajetória da constituição de uma semiologia da representação



**Maria de Fátima Gonçalves Moreira  
Tálamo**

Universidade de São Paulo  
mfgmtala@usp.br



**Giovana Deliberali Maimone**

Universidade de São Paulo  
gdmaimone@usp.br

### 1 Introdução

Não me lembro quando, nem onde, só sei que foi há muito tempo. Em uma entrevista veiculada pela TV, Fellini, respondendo a uma pergunta sobre como Rimini, sua cidade natal, aparece nos seus filmes, afirmava que não conseguia considerá-la como fato objetivo, ela é antes uma dimensão da minha memória, quando estou lá sou agredido por fantasmas arquivados. De forma análoga falar da obra de Gardin, do seu impacto na consolidação dos estudos de análise documentária e na transformação da visão tradicional das operações no campo da informação, implica revisitá-la como memória afetiva, já que em torno dela uma coletividade de pesquisadores criaram laços fortes de formação, de pesquisa e de amizade. Não seria, no entanto, justo equacioná-la apenas nesses limites. Até para referendar o valor que assumiu na trajetória de pesquisadores da área de Ciência da Informação, resolvemos redimensioná-la, procurando visitar o tema da análise documentária a partir de seus conceitos fundantes que lhe conferem um caráter reflexivo importante para apropriações outras que impactam nossa visão do fazer científico. Para isso resgatamos aspectos intervenientes na proposição do conceito que ainda estão instigando nossa percepção e motivando a curiosidade intelectual.

Isso posto, pretende-se resgatar aspectos intervenientes na proposição de análise documentária que a relaciona, de um lado, às características da ciência e de outro às características tipológicas da análise semântica. Dito de outra forma, a abordagem aqui feita sobre o referido conceito tratará das fronteira entre dois grandes

universos: um relacionado ao desenvolvimento das ciências humanas e sociais até os anos de 1970 e o segundo fortemente associado às alterações sobre o processo de interpretação documentária que no Brasil foi mote de estudos, análises e pesquisas frutíferas que acabaram por moldar a formação de parte dos profissionais atuais, que agora convido para revisitar alguns fragmentos do emblemático texto de Gardin “Procedures d’analyse sémantique dans les sciences humaines”.

O conceito de análise documentária apresenta desde o significado de suas expressões - gestão e sistemas de informação, de um lado, e museus de outro, uma espécie de conflito entre o passado e o presente entre o novo e o velho e ao mesmo tempo possibilidade de superação deste conflito com a afirmação da possibilidade destes dois tempos e mundos convergirem em torno de uma ideia única relativamente conciliadora e oportuna mas nem sempre simples.

A trajetória do pensamento de Gardin que culmina com a proposição da análise documentária tem sua origem na observação do impacto de uso de métodos de análise semântica mais objetivos e rigorosos do que os instrumentos tradicionais que orientavam a interpretação empírica nas humanidades. De uma só vez, na década de 1970, Gardin reconhece a importância da linguagem na produção da ciência e a necessidade fundamental de um aparato metodológico interpretativo de natureza linguística. Com isso Gardin reconhece a linguagem como território do pensamento científico e não só de uma área disciplinar. Ela é comum a todas as áreas: para isso, cita a série de trabalhos aplicados em várias disciplinas que tratam de descrever a significação dos mais variados textos. Em suma, Gardin nos mostra que não prescindimos da linguagem para as operações investigativas e que tal, então, nela resgatar a função da linguagem?

Para que tal proposta não se afirme como observação ingênua, salienta-se que a linguagem não é apresentada como reflexo do pensamento, mero instrumento dele, ou ainda como meio de comunicação. Gardin chama a atenção para o fato de que a linguagem é representação. É como representação que se desenvolvem atividades de natureza metodológica fundamentais para o exercício investigativo. Nesse sentido, toda interpretação no universo científico participa ou compartilha da função representação. Dito de outro modo, toda interpretação, toda teoria relativa aos fatos do mundo, constituem uma semiologia. É justamente esse conceito que será explorado para o entendimento da noção de análise documentária.

## 2 Semiologia do fato científico

Na tradição saussuriana, a Semiologia define-se como a ciência dos signos. Este, por sua vez, é tradicionalmente apresentado, tautologicamente, como a relação entre um significante – imagem acústica – e um significado – imagem conceitual. – que denominamos significação. Embora a definição do termo seja difícil, reconhecem-se alguns consensos: o signo é sensível – o significante –, existe para uma comunidade determinada de usuários e o significado – que para o grupo, para o qual o significante torna-se sensível, assinala uma falta nela mesma. Diz-se, então, que o significante pode tornar-se sensível e o significante remete à parte ausente do signo. Já a relação entre significado e significante que denomina-se significação - não se confunde com a representação. De fato, para Ducrot e Todorov (1988), consideram que a representação está associada à abstração e esta, por sua vez, pode ser enunciada segundo diferentes gradações ou níveis. Infere-se que ao lado das propriedades já assinaladas, o sistema sótico apresenta também propriedades representativas. Na linguagem verbal, o signo é dito, significa, mas, para além disso, também representa. A significação da palavra “chama” não a impede de representar “paixão/amor” na literatura e diferentes graus de abstração na Física associados às expressões fonte de calor e fonte de energia, respectivamente.

Observa-se, no exemplo acima, que a representação obtida por abstração está inserida no campo específico da ciência e não goza da mesma arbitrariedade da relação sótica presente na linguagem comum. Isto significa que o pensamento científico opera com uma linguagem mais abstrata – relação signo/representação e, portanto, menos arbitrária como a existente entre o signo e a significação. Os estóicos explicavam tais associações através da distinção de três relações da parte perceptível do signo: o dizível, a coisa real e a imagem psíquica (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 105).

Provavelmente esse aspecto ambíguo ou expandido do termo signo, é observado por Gardin, (1966, p. 171) ao defini-lo como símbolo

[...] numa acepção deliberadamente geral, todo o símbolo que designa os elementos de um conjunto lexical (palavras-chave, descritores, termos de indexação etc.), sejam eles emprestados ou não da linguagem natural, “puros” ou “codificados”, alfabéticos ou numéricos etc.

Observa-se na transcrição acima o uso da palavra símbolo ao largo da definição estrita de signo, isto é, relação significante - significado. Isso decorre de recurso largamente usado pela linguística estrutural de diferenciar a definição estrita do signo de outras relações semelhantes mas diferentes que se originam na própria relação canônica. Este é o caso da representação que se associa mais ao símbolo do que ao signo. Embora sejam usadas de forma intercambiável, as duas denominações dão conta de diferentes dinâmicas de uso da palavra associadas não só aos processos de denotação e de conotação mas também e, principalmente, aos graus variados de abstração a que se submetem. Sendo assim, as relações entre significado e significante indicam união de elementos de naturezas diferentes – necessariamente a coisa e a forma: o signo é imotivado. Já o símbolo apresenta uma relação entre pares: normalmente tanto o simbolizante quando o simbolizado se apresentam como pares de uma relação não necessária. Aqui o universo não é o da significação mas o do sentido. Parece ser o simbólico o universo do pensamento científico, no qual as definições e a análise semântica cooperam para o desenvolvimento da capacidade de representação da ciência. Gardin (19170) não fala do signo no universo da ciência, ele afirma a existência de uma semiologia científica, orientando-se possivelmente pela semiologia ou semiótica que, essa sim, propõe o símbolo como unidade representacional do sistema.

Do mesmo modo em que esclarece a distinção entre significação e representação, a oposição arbitrário e motivado aplicada ao signo não prescinde, para a compreensão adequada da linguagem da ciência e da sua expressão em textos científicos, da distinção entre fato e fenômeno (GARDIN, 1970).

A expressão fato social refere-se ao objeto da Sociologia na sua origem e funciona como um recurso para o entendimento da distinção entre fato e fenômeno no interior da semiologia científica. Ele se define por um conjunto de características, é construído e não se reduz a nenhum fenômeno social. Ao construir seu objeto, a Sociologia indica um modo de formação do campo disciplinar das ciências humanas e sociais através da construção de um objeto de estudo, que denominaremos fato para harmonizar com a ideia genérica de pensamento científico. Granger (1970) examina as condições de existência de um fato, científico /semiótico, como produto de uma práxis (trabalho dinâmico) – e não de uma subjetividade passiva. Nessa perspectiva a razão desenvolve uma ação semiológica, isto é, uma manipulação de signos.

É nessa perspectiva que Gardin (1970), ao propor uma referência comum – o pensamento científico – para toda atividade que atribui significação ao mundo, acaba por associá-lo a uma semiologia. Assim, toda interpretação é também uma semiologia, o que nos faz integrar a análise semântica no aparato metodológico da prática científica, a partir de condições bem definidas da análise semântica, elencadas a seguir:

- a) O objeto da análise, nesse caso, restringe-se aos documentos escritos, concebidos como textos gramaticais de uma língua natural. Semelhante objeto empírico pode ser submetido à interpretação empírica ou parafraseado – entenda-se representado – por uma metalinguagem autônoma;
- b) O pensamento científico como sistema simbólico (semiologia) designa um conjunto de signos efetivamente construídos e enunciados e logicamente relacionados.

A forma de analisar os textos científicos – que Gardin denomina estudo comparado – recai sobre a totalidade do conjunto de signos. De modo específico, essa restrição relaciona-se à precisão das operações analíticas, que devem se apresentar explicitamente definidas para dar conta da passagem do texto original à sua representação.

Decorre dessas duas condições, que o sucesso da análise comparada, de natureza semântica, vincula-se a identificação dos pontos comuns e das diferenças entre as unidades do sistema, discriminadas nos sistemas simbólicos particulares. Como a diversidade do universo semiótico é um fato, o instrumento de análise deve situar os sistemas formais como aparato metodológico de análise/representação das línguas naturais e de seus produtos. Tal discriminação é necessária, uma vez que toda ciência é estrutural, isto é, torna a experiência objetiva, passível de ser apresentada como uma rede de elementos relacionados entre si. Com isso de algum modo garante-se que os elementos e as relações que mantêm entre si constituam um sistema correlativo à experiência.

Por mais trivial que possa parecer, é justamente a diversidade de semiologias e a sua manifestação a partir da própria relação de significação que responde pela questão crucial da *análise semântica*: a palavra ou a unidade de significação não será nunca unívoca o que leva a definir o signo pela sua função de representação.

Neste sentido cabe ressaltar a definição atribuída à expressão *ordem semântica*. Para Gardin (1966, p. 175) a expressão compreende “uma ordem dos termos (ou seja, dos objetos ou noções que eles designam) que seja o reflexo de um conjunto de definições correntemente admitidas num grupo humano dado”. Isso reforça a ideia de semiologia científica e das suas unidades simbólicas.

Lembremos ainda que o processo de simbolização não se resume apenas a explicar a distinção entre significação e representação. Desde o estruturalismo saussuriano, distinguem-se duas formas de representação simbólica consideradas divergentes: a comunicação e a simbolização. Na perspectiva de Granger (1970), a comunicação de um conteúdo está comprometida com o vivido sinalizando para uma experiência concreta a qual faz referência – a parte perceptível do signo. Já a forma construída indica um conjunto de traços genéricos, obtidos por operações de abstração. Nessa perspectiva, ambos os processos são irredutíveis embora estejam intimamente associados: a relação entre os interlocutores de uma mensagem é comunicativa, a simbolização, por sua vez, designa a produção de objetos conceituais.

Portanto, o objeto científico não pode se apresentar pela face perceptível do fenômeno. Este, embora seja resultado de um recorte na realidade, é descritivo. Nele os seus elementos constitutivos encontram-se isolados e definidos. A definição semântica exemplifica esse aspecto já que apresenta os elementos definitórios da palavra por meio das propriedades internas e positivas. O máximo que se pode exigir da organização de um elenco de fenômenos é a sua classificação. Já um sistema formal, por sua vez, se caracteriza pelos aspectos pertinentes dos signos que o compõem delimitados de forma inequívoca e por uma construção simbólica realizada a partir de uma lista fechada.

Assim, enquanto as línguas naturais exercitam ambas as funções, comunicativa e de simbolização, de forma equilibrada, os sistemas formais apresentam um grau maior de abstração e uma comunicação mais limitada, vale dizer, restrita. Nos sistemas formais, a função comunicativa é secundária. Entende-se portanto o significado de expressões como “vulgarização da ciência” que sinaliza para o caráter “metalinguístico universal” das línguas naturais, fortemente associado a sua função de sistema modalizante primário e, portanto, de eficiente meio de comunicação.

De forma resumida, Gardin (1970) reconhece que o pensamento científico se desenvolve através de procedimentos de análise, dito também interpretativos.

Reconhece também, e não deixa de ironizar esse aspecto, que na maioria das vezes essas interpretações são empíricas. Interpretações empíricas estão associadas à totalidade da experiência, isto é, se relacionam ao vivido, ao perceptível e não dão conta do fato construído. Evidentemente, a semiologia do vivido é a base de toda prática inclusive a científica mas não é suficiente para fundamentar a ciência. A Semiologia a que se refere Gardin, exige a formalização do vivido, ou o reconhecimento de uma lógica própria, específica da prática científica que não se confunde com o vivido.

Assim, ao propor a prática científica como uma Semiologia, Gardin reconhece a necessidade de uma representação específica dos conteúdos dos textos escritos que não se confunde com a interpretação empírica que ocorre na maioria das vezes e que se submete à subjetividade da significação, dos fragmentos e da percepção da experiência. Lembrando ainda que a consistência da proposição da noção de representação como aparato do pensamento científico – base da semiologia – não privilegia a função comunicação, ou melhor, não a propõe como função primária do sistema sógnico.

### **3 Análise Semântica e Análise Documentária**

Gardin (1970), como vimos, parte da noção de pensamento científico para apresentar como um dos seus recursos metodológicos a análise semântica. Como se disse, a dinâmica do pensamento científico, o seu universo, constitui uma semiologia. É preciso então esclarecer quais procedimentos estão aí inscritos.

Referindo-se ao pensamento científico de forma genérica, efetivamente Gardin não irá propor semiologias científicas associadas às diferentes áreas de especialidade. Embora não sinalize a discussão da interdisciplinaridade, seu compromisso é o de identificar a melhor opção metodológica como adjuvante do pensamento científico, ou ainda a operação linguística capaz de defini-lo. Reconhece para tanto uma tipologia de análises textuais: análise do conteúdo, análise estrutural (narrativa) e análise literária. Observa ainda que as tentativas de formalização recaem sobre as duas primeiras enquanto que a última – análise literária – encontrava-se ainda envolvida pela tradição da crítica textual.

Para contemplar uma compreensão mais ampla da função e procedimentos da análise no processo de construção da ciência, basta observar o que ocorreu na

Europa, especialmente na França, o espírito historicista e impressionista das análises dos textos das humanidades se vê comprometido, a partir da década de 1960, pelo estruturalismo na Etnologia e na Linguística. Lèvi-Strauss, Jakobson, Benveniste exploram em suas análises do fato cultural e literário suas estruturas narrativas e textuais que dão conta do seu funcionamento (TRASK, 2004). De um certo modo, as análises que são propostas dos fatos da cultura, entendidas na sua globalidade, acabam por desacreditar as interpretações empíricas. Como bem o observa Granger (1968, p. 138), no seu estudo sobre os mitos, a mitologia aí é o objeto de análise e não os mitos. Não se trata de uma reflexão sobre a visão do mundo do povo que criou um conjunto de mitos. Nesse caso prevaleceria a interpretação subjetiva a que se submete usualmente à apreciação por critérios de autoridade: a análise limita-se ao fenômeno e o fato não chega a ser constituído ou enunciado. A mitologia compreende portanto o estudo/análise do fato e não do fenômeno.

Evidentemente que não se trata apenas de validar ou apreciar a qualidade de uma interpretação ou de um comentário feito a partir de dados, textos ou quaisquer outros elementos da realidade. Trata-se sim de se reconhecer os argumentos sobre os quais eles se organizam. É interessante observar que a busca de um padrão para orientar a análise semântica está presente em diferentes momentos da investigação sobre a linguagem. Quase que invariavelmente, os movimentos nesse sentido, visavam o estudo da literatura, especialmente nas primeiras décadas do século XX, quando a Poética passa a expressar uma ambição científica. De fato, “seu objeto não é mais o conjunto das obras literárias, mas o discurso literário enquanto princípio de engendramento de uma infinidade de textos” (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 84).

Observa-se portanto que as análises ou interpretações empíricas tem um papel importante no desenvolvimento da Poética mas não constituem seu núcleo. De maneira semelhante, a noção de texto – definido pela sua autonomia e fechamento – acabará por provocar diferentes análises – narrativa, temática e retórica – cada uma delas fundada em uma abordagem específica do texto. No caso da narrativa, por exemplo, as análises dos contos populares realizadas por Propp tiveram importância fundamental para a sua definição como o “texto referencial com temporalidade representada” (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 268) que passa a ser o conceito que orienta a análise propriamente dita, que versa sobre noções de transformação, mediação, ação, tipologias de personagens e de sequenciais narrativas, etc.

Embora, esse contexto, torne mais evidente a dualidade entre interpretação e análise propostas por Gardin, a explicação mais definitiva pode ser obtida a partir de Granger. Em 1968, na sua obra “Essai d’une philosophie du style”, Granger desenvolve uma discussão sobre o processo de estruturação e acaba por definir o estilo como uma solução individual provocada pelas dificuldades encontradas por todo o trabalho de estruturação. Isso porque a passagem do amorfo para o estruturado não se realiza por imposição de uma forma exterior: a prática científica encontra a resistência da experiência – do vivido – e a estruturação da experiência só pode ser desenvolvida por um trabalho – a própria prática científica – que relaciona forma e conteúdo. Explica ainda como se desenvolve o trabalho científico na matemática e na linguagem e como o indivíduo se comporta frente à solução estruturante: produzindo um estilo e não uma solução subjetiva associada diretamente ao vivido. Para dar conta da distinção entre o vivido e a estruturação – duas formas significantes diferentes, propõe duas formas de manipulação sógnica, duas semiologias, que denominaremos semiologia do vivido (da experiência) e semiologia científica ou das formas estruturantes. Na terminologia de Granger a semiologia do vivido é produtora do sentido e a científica produtora da significação. Essa oposição corresponde ao que Gardin denomina, respectivamente, interpretação empírica e representação. A análise documentária é uma forma de manipulação sógnica, de natureza representacional que constitui a semiologia científica. Essa semiologia, portanto, é informacional.

Uma semiologia do fato ou da constituição objetiva de sistema significativa é para Granger (1966) de natureza informacional, à medida que trata informacionalmente a realidade. A distinção que aqui se estabelece é entre o que é estruturável (*stricto-sensu*) e os sistemas significantes. De fato, é impróprio admitir que esses dois modelos possam se desenvolver no interior da semiologia da ciência.

Considerando-se o que foi dito, entende-se que as “análises interpretativas” das estruturas significativas não podem ser confundidas com a análise da estrutura simbólica (informacional, do fato). Efetivamente, as análises feitas sobre o vivido (visão de mundo) ou análises significativas não se deixam levar pelo conceito de estrutura.

Seguindo esse ponto de vista, Gardin (1970) propõe a análise documentária como uma manifestação da análise semântica, do conteúdo dos textos científicos “à la manière des documentalistes” (GARDIN, 1970, p. 630). Para essa proposta baseia-se em algumas técnicas de análise automática do conteúdo ou estrutura na

antropologia. Embora tradicionalmente os métodos de análise documentária reduzam-se às operações empíricas de atribuição de “palavras –chave” aos textos, livros, etc., fundadas mais na experiência e hábito do que ao procedimento explícito (GARDIN, 1970, p. 631). Com a automação, a análise automática passa a identificar a formalização da interpretação semântica. Assim, os textos científicos passam a ser substituídos por paráfrases ou por representações elaboradas por meio de uma metalinguagem autônoma, que define os elementos constitutivos da paráfrase.

Portanto, a análise documentária, através do seu sistema objetivável estabelece, uma correspondência entre os fenômenos, ou o vivido, e as representações da metalinguagem. A análise documentária é então parte fundamental da Semiologia informacional, a qual no seu desenvolvimento e transformação integrará o conceito de conhecimento associado à sua produção.

#### **4 Conclusão**

A língua perfeita, qualquer que seja o entendimento que se tenha dela, faz parte do imaginário coletivo e, não raro é um tema perseguido, provavelmente porque a narrativa babélica nos faz crer na diversidade negativa, limitante e inoperante. Como bem observa Eco (1993, p. 406-407) discorrendo sobre as consequências da diversidade das línguas, a qualifica com um fenômeno extremamente positivo “que permitiu a fixação dos assentamentos, o nascimento das nações e sentimento da identidade nacional. A diversidade não é incontornável e pretender universalizá-la não deixa de ser um processo ao mesmo tempo ambicioso e inócuo. Do mesmo modo, submeter um texto científico à interpretação empírica é desqualificá-lo enquanto tal e, empobrecê-lo informacionalmente.

A análise semântica objetivável reconhece padrões subjacentes, semelhantes, de pensamento. Lévi-Strauss (2003), um dos mais importantes intelectuais do século XX, ao instituir a antropologia moderna afirma a necessidade da busca consistente de padrões subjacentes de pensamento em todas as formas de atividade humana. Para ele, o homem organiza o conhecimento em pares binários e opostos que se estruturam segundo a lógica própria de cada universo, campo, sociedade, etc. Essa análise lógica, evidencia, por exemplo, que o texto da ciência fundamenta-se nas definições dos conceitos utilizados. Tal restrição de forma, de natureza lógica, tende a facilitar a formatação, o armazenamento e especialmente o uso do conteúdo dos textos em um

mundo onde o pesquisador está cada vez mais oprimido pelo volume de dados. A representação, no sentido que lhe confere Gardin, funciona com um controle da significação do vivido.

Dito de outro modo, o cientista constrói um texto que responde às necessidades de transparência dos argumentos, contemplando soluções para as mais diferentes questões. O discurso do autor depende sem dúvida das formas de organização da cultura mas a sua estrutura científica deve ser independente do discurso do autor, integra o discurso investigativo que não é, no entanto, independente do autor. Sob essa ótica, a Semiologia informacional que desenvolve a análise lógica distingue duas operações realizadas sobre o texto: a interpretação, de natureza autoral, e a tradução, de natureza científica.

Enfatiza-se finalmente que a representação, tal como definida nesse texto não mantém um elo mecânico com a função cognitiva. Não raro a linguagem, dada sua complexidade, tem suas funções exploradas segundo o objetivo do sistema construído. O controle da significação promovido pela terminologia visa primordialmente controlar a dispersão e facilitar a comunicação entre os especialistas, é vital que se controle a linguagem: Cabré (1993, p. 43, tradução nossa) argumenta que “a terminologia é uma ferramenta básica para a comunicação especializada (uma boa terminologia dá garantias a seus usuários sobre a precisão e eficácia da comunicação)”. Nesse sentido, a terminologia pode auxiliar nos seguintes processos: permutar informação entre diferentes grupos; fornecer uma descrição adequada sobre um domínio; melhorar o entendimento de um domínio; evitar distorções cognitivas; permitir reuso de conceitos em diferentes domínios.

Nesse momento, integra-se às nossas memórias o contexto fundante da análise documentária que nos permitirá, sem dúvida entender a trajetória que Gardin percorre em suas investigações, especialmente a partir da década de 1980.

## Referências

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993. 529p.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

ECO, Umberto. **A busca da língua perfeita**. Bauru: EDUSC, 2001.

GARDIN, Jean-Claude. Elements dun modele pour la description des leqxiques documentaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 11, n. 5, p. 171 – 182, 1966.

GARDIN, Jean-Claude. Procedures d'analyse sémantique dans les sciences humaines. In: POUILLON, Jean; MARANDA, Pierre (coord). **Échanges et Communications**. Paris: Mouton, 1970.

GARDIN, Jean-Claude. Document analysis and linguistic theory. **Journal of Documentation**, v. 29, n. 2, p. 137 – 168, 1973.

GARDIN, Jean-Claude. Lecturas plurales y ciencias singulares de la literatura. **Diógenes**, Universidad Nacional Autónoma de México, 1982, v. 118, p. 5 – 16. Verano/1982.

GRANGER, Gilles-Gaston. **Essai d'une philosophie du style**. Paris: Librairie Armand Colin, 1968.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Ed.Tempo Brasileiro. 2003.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2004.